



AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO RIO QUARAÍ

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados as “Partes”)

Inspirados no desejo de promover a cooperação entre os dois países no que se refere ao desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, e

Considerando o interesse de promover o manejo, a utilização adequada e a conservação dos recursos hídricos da Bacia, conforme os propósitos enunciados no Artigo II, parágrafo 1 do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, assinado em 11 de março de 1991,

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar dispõe sobre o uso racional e sustentável do Rio Quaraí. As disposições deste Ajuste não serão consideradas como precedente para outros rios.

ARTIGO II

Dar-se-á prioridade ao abastecimento de água potável às populações ribeirinhas, no entendimento de que os órgãos de ambas as Partes encarregados do abastecimento de água potável procurarão aumentar a disponibilidade de água com as medidas cabíveis, no âmbito de sua competência.

ARTIGO III

1. Em todo o Rio Quaraí se tomará um caudal máximo total a distribuir entre os usuários de irrigação de ambos os lados.

ARTIGO IV

O caudal máximo do rio Quaraí, a ser distribuído para os usuários de irrigação de ambas as Partes, será igual ao volume máximo de água cujo fornecimento possa ser por elas assegurado. O caudal a ser distribuído, em cada ponto da bacia, será dado pelo produto entre a área da bacia a montante, naquele ponto, e o caudal específico do mesmo ponto. As partes estabelecem, em caráter provisório, que o caudal específico será igual a 0,4 litro/segundo/quilômetro quadrado.

ARTIGO V

As instituições competentes encarregadas da outorga dos direitos de uso serão a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no Brasil, e a Direção Nacional de Hidrografia do Ministério dos Transportes e Obras Públicas, no Uruguai. Cada instituição competente deverá comunicar à sua contraparte, anualmente, as outorgas de uso concedidas.

ARTIGO VI

As instituições competentes poderão modificar, de comum acordo, o caudal específico mencionado no Artigo IV, desde que respeitado o limite máximo de 50% do caudal do rio naquele ponto.

ARTIGO VII

Caso, em um determinado ponto, a soma dos caudais a outorgar supere 50% do caudal máximo a distribuir, determinado no Artigo IV, dever-se-á solicitar aprovação prévia da instituição competente da outra Parte.

ARTIGO VIII

Não poderá haver usuários de água que não tenham obtido o direito de uso junto à instituição competente correspondente, salvo em casos específicos de pequenos usos de caráter individual para satisfação das necessidades básicas da vida, tal como previstos na legislação de cada país.

ARTIGO IX

Abaixo do caudal específico mencionado no Artigo IV, dever-se-á instituir, de comum acordo, um sistema de cotas da água disponível. Para tanto, será reduzido o caudal autorizado a cada um dos titulares de direitos em uma porcentagem que se distribuirá eqüitativamente entre os usuários. O sistema consiste em reduzir os volumes de água extraídos mediante a redução dos tempos de bombeamento. Faculta-se às instituições competentes estabelecer, de comum acordo, as restrições de volumes de bombeamento mencionadas, assim como estabelecer mecanismos de participação dos usuários. Por meio dessa participação, os usuários poderão assessorar nas decisões sobre medidas que se possam tomar para melhorar o aproveitamento das águas.

ARTIGO X

Por razões que julgue conveniente, qualquer das instituições competentes poderá solicitar à sua contraparte a implementação do sistema de cotas descrito no Artigo IX.

ARTIGO XI

Na zona compreendida entre a Ponte da Concórdia e a desembocadura do arroio Pintado serão permitidas as extrações para irrigação enquanto as respectivas escalas sejam superiores à cota de um metro, do lado brasileiro, e de 0,60 metro, do lado uruguaio, suspendendo-se totalmente os bombeamentos quando o nível do rio se encontrar abaixo das mencionadas cotas. Os bombeamentos interrompidos serão habilitados novamente quando o rio tiver superado a cota de 1,20 metro, do lado brasileiro, e de 0,80 metro, do lado uruguaio. Os limites aqui estabelecidos poderão ser modificados de comum acordo pelas instituições competentes.

ARTIGO XII

Não se poderão realizar obras no leito do Rio Quaraí sem o consentimento das instituições competentes de ambas as Partes. Nesse sentido, as Partes comprometem-se a tomar as providências necessárias a fim de que a obras que não tenham o referido consentimento sejam regularizadas ou, quando for o caso, desmanteladas.

ARTIGO XIII

As Partes se comprometem a designar as autoridades nacionais correspondentes para o cumprimento das funções de Polícia das Águas e para o controle e a supervisão do cumprimento das disposições do presente Acordo.

ARTIGO XIV

Ambas as Partes se comprometem a adotar as medidas adequadas para que a qualidade das águas do Rio Quaraí esteja de acordo com as normas internacionais existentes sobre a matéria, em vigor para ambas as Partes.

ARTIGO XV

Nesse sentido, ambas as Partes concordam quanto à conveniência de celebrarem um Acordo intergovernamental, que possa ser implementado com o apoio creditício de organismos internacionais, para a realização de um projeto de desenvolvimento integrado da Bacia do Rio Quaraí.

ARTIGO XVI

Ambas as Partes se comprometem a conservar os recursos do solo e hídricos da Bacia do Rio Quaraí mediante a aplicação de técnicas de conservação de solos, coordenando as reuniões necessárias entre as autoridades competentes com o propósito de alcançar esse objetivo.

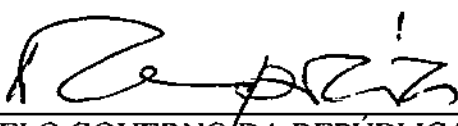
ARTIGO XVII

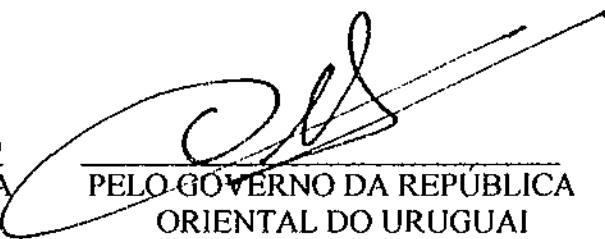
1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor trinta dias depois de recebida a segunda Nota Verbal de comunicação e terá vigência ilimitada.
2. Qualquer das Partes poderá denunciá-lo, por via diplomática, cessando seus efeitos 90 (noventa) dias após o recebimento da notificação de denúncia.

ARTIGO XVIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser alterado, por troca de Notas, mediante entendimento entre as Partes, entrando a alteração em vigor na data de recebimento da Nota de resposta.

Feito em Montevideu, em 06 de maio de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI
Álvaro Ramos

**AJUSTE COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACION ENTRE
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
PARA EL APROVECHAMIENTO DE LOS RECURSOS NATURALES
Y EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL RIO CUAREIM**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay (en adelante denominados las "Partes");

Inspirados en el deseo de promover la cooperación entre los dos países en lo que al desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim se refiere; y

Considerando el interés de promover el manejo, la utilización adecuada y la conservación de los recursos hídricos de la Cuenca, conforme a los propósitos enunciados en el artículo II, parágrafo I, del Acuerdo de Cooperación entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales y el Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim, suscripto el 11 de marzo de 1991;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

El presente Ajuste Complementario dispone sobre el uso racional y sustentable del Río Cuareim. Las disposiciones de este Ajuste no serán consideradas como precedente para otros ríos.

ARTICULO II

Se dará prioridad al abastecimiento de agua potable a las poblaciones ribereñas, en el entendido de que los órganos de ambas Partes, encargados del abastecimiento de agua potable procurarán aumentar la disponibilidad de agua, con las medidas pertinentes, en el ámbito de su competencia.

ARTICULO III

En la totalidad del Río Cuareim se tomará un caudal máximo total para distribuir entre los usuarios de irrigación de ambos lados.

ARTICULO IV

El caudal máximo del río Cuareim para ser distribuido entre los usuarios de la irrigación de ambas Partes, será igual al volumen máximo de agua cuyo suministro pueda ser asegurado por ellas. El caudal a ser distribuido, en cada punto de la cuenca, será dado por el producto entre el área de la cuenca aguas arriba en aquel punto y el caudal específico del mismo punto. Las Partes establecen, con carácter provisorio, que el caudal específico será igual a 0,4 litro/segundo/kilómetro cuadrado.

ARTICULO V

Las instituciones competentes encargadas de otorgar los derechos de uso serán la Secretaría de Recursos Hídricos del Ministerio de Medio Ambiente, de los Recursos Hídricos, de la Amazonia Legal en Brasil y la Dirección Nacional de Hidrografía del Ministerio de Transporte y Obras Públicas en Uruguay. Cada institución competente deberá comunicar a su contraparte, anualmente, las concesiones de uso autorizadas.

ARTICULO VI

Las instituciones competentes podrán modificar, de común acuerdo el caudal específico mencionado en el artículo IV , respetando el límite máximo de 50% del caudal del río en dicho punto.

ARTICULO VII

En el caso de que en un determinado punto, la suma de los caudales a otorgar supere el 50% del caudal máximo a distribuir determinado en el artículo IV, se deberá solicitar la aprobación previa de la institución competente de la otra Parte.

ARTICULO VIII

No podrá haber usuarios de agua que no hayan obtenido la debida autorización de uso ante la institución correspondiente, salvo en casos específicos de pequeños usos de carácter individual para la satisfacción de las necesidades básicas de la vida, de acuerdo con lo previsto en la legislación de cada Parte.

ARTICULO IX

Por debajo del caudal específico mencionado en el artículo IV deberá fijarse, de común acuerdo, un sistema de cuotas de agua disponible. Para ello será reducido el caudal autorizado a cada uno de los titulares de derechos en un porcentaje que se distribuirá equitativamente entre los usuarios. El sistema consiste en reducir los volúmenes de agua extraídos mediante reducción de los tiempos de bombeo. Facúltase a las instituciones competentes a establecer, de común acuerdo, las restricciones en los volúmenes de bombeo mencionados, así como a establecer mecanismos de participación de usuarios. Por medio de esa participación los usuarios podrán asesorar en las decisiones sobre medidas a tomar para mejorar el aprovechamiento de las aguas.

ARTICULO X

Por razones que juzgue conveniente, cualquiera de las instituciones competentes podrá solicitar a su contraparte la implementación del sistema de cuotas descrito en el artículo IX.

ARTICULO XI

En la zona comprendida entre el Puente de la Concordia y la desembocadura del Arroyo Pintado, serán permitidas las extracciones para irrigación mientras que las respectivas escalas sean superiores a la cota de 0,60 metros del lado uruguayo y 1,00 metros del lado brasileño, suspendiéndose totalmente los bombeos cuando el nivel del río se encuentre por debajo de las mencionadas cotas. Los bombeos interrumpidos serán habilitados nuevamente cuando el río hubiere superado la cota de 0,80 metros del lado uruguayo y 1,20 metros del lado brasileño. Los límites aquí establecidos podrán ser modificados de común acuerdo entre las instituciones competentes.

ARTICULO XII

No se podrá realizar obras en el lecho del Río Cuareim sin el consentimiento de las instituciones competentes de ambas Partes. En ese sentido, las Partes se comprometen a tomar las providencias necesarias a fin de que las obras que no tengan la referida autorización, sean regularizadas, o cuando fuera del caso, desmanteladas.

ARTICULO XIII

Las Partes se comprometen a designar las autoridades nacionales correspondientes para el cumplimiento de las funciones de policía fluvial y para el control y la supervisión del cumplimiento de las disposiciones del presente Acuerdo.

ARTICULO XIV

Ambas Partes se comprometen a adoptar las medidas adecuadas para que la calidad de las aguas del Río Cuareim esté de acuerdo con las normas internacionales existentes en la materia, en vigor para ambas Partes.

ARTICULO XV

En ese sentido, ambas Partes concuerdan en la conveniencia de celebrar un Acuerdo intergubernamental, que pueda ser implementado con el apoyo crediticio de organismos internacionales, para la realización de un proyecto de desarrollo integrado de la Cuenca del Río Cuareim.

ARTICULO XVI

Ambas Partes se comprometen a conservar los recursos del suelo e hídricos de la Cuenca del Río Cuareim mediante la aplicación de técnicas de conservación de suelos, coordinando las reuniones necesarias entre las autoridades competentes con el propósito de alcanzar ese objetivo.

ARTICULO XVII

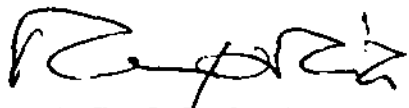
1. El presente Ajuste Complementario entrará en vigor 30 (treinta) días después de recibida la segunda Nota Verbal de Comunicación y tendrá una vigencia ilimitada.

2. Cualquiera de las Partes podrá denunciarlo, por la vía diplomática, cesando sus efectos 90 (noventa) días después de recibida la notificación de denuncia.

ARTICULO XVIII

El presente Ajuste Complementario podrá ser modificado, por Canje de Notas, mediante acuerdo entre las Partes, entrando el cambio en vigor en la fecha de recepción de la Nota de respuesta.

Hecho en Montevideo, el 06 de mayo de 1997, en dos ejemplares originales en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



**POR EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL**

Luiz Felipe Lampreia



**POR EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY**

Álvaro Ramos